



1 **Ata da 06ª Reunião Ordinária (Biênio 2022/2023)**

2 Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), com
3 início às **18h40min** (dezoito horas e quarenta minutos), inicia-se a Sexta Reunião
4 Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS/PP), referente ao Biênio 2022/2023
5 (dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três), estando presentes os seguintes
6 **Conselheiros Titulares:** Luiz Paulo Cuissi (Organizações Religiosas); Fábio Ortiz
7 Barbosa (Associações de Moradores de Bairros e Movimentos Sociais/Populares);
8 Valdinei Wanderley da Silva (Associações de Moradores de Bairros e Movimentos
9 Sociais/Populares); Margarete Rocha Gomes (Entidades e Associações de Atenção aos
10 Enfermeiros, Deficientes e Portadores de Patologias); Renato Cordeiro de Lima
11 (Entidades Sindicais de Trabalhadores); Wilson José Diniz (Entidades Sindicais
12 Patronais e Clubes de Serviço); Maria Geni da Silva (Entidades Ambientalistas,
13 Movimentos Organizados de Mulheres em Saúde); Adriano Messias de Souza
14 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde); Amarildo Mota
15 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde); Alessandra Lopes Braulino
16 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde); Cláudia Eloisa dos Santos
17 (Representantes do Governo Municipal). **Conselheiros Suplentes Com Direito a**
18 **Prerrogativa de Votos:** Rosana Leal do Prado (Representantes dos Trabalhadores nos
19 Setores de Saúde). **Conselheiros Suplentes Sem Direito a Prerrogativa de Votos:**
20 Sebastião Aparecido Matias (Entidades Sindicais de Trabalhadores); Sérgio Diniz de
21 Abreu (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde). **Ausentes com**
22 **justificativa:** Cláudio Dener Monteiro (Representantes dos Prestadores com Fins
23 Lucrativos). Esta Reunião contou com a presença dos convidados: Demerson Dias
24 (Vereador Municipal e Presidente da Câmara municipal de Presidente Prudente) e João
25 Ferraz Ramos (Usuário do SUS). Segue a ordem da pauta da reunião: 01. Abertura:
26 Palavra do Presidente; 02. Ordem do dia: I. Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária
27 do dia 25/05/2022. II. Informações pertinentes sobre o trabalho realizado pelas
28 Comissões deste Conselho; III. Ofícios encaminhados e recebidos; IV.
29 Denúncias/Elogios das Unidades de Saúde; 03. Palavra dos Conselheiros; 04.
30 Encerramento. **Abertura: Palavra do Presidente.** O presidente Valdinei Wanderley da
31 Silva convida para compor a mesa principal o Sr. Fábio Ortiz Barbosa, vice presidente do
32 Conselho; o Sr. Amarildo Mota, 2º Secretário; e também o Sr. Demerson Dias,
33 Presidente da Câmara municipal. O presidente do Conselho ressalta a necessidade da

34 assiduidade dos conselheiros nas reuniões, sendo necessária maior comunicação entre
35 titular e suplente para que um dos dois esteja presente. É explicado que será notificado
36 para as instituições que alguns conselheiros, com três faltas consecutivas ou mais,
37 serão desligados do Conselho, para que a entidade possa repor a vaga com outra
38 pessoa do mesmo segmento. A conselheira Rosana Leal do Prado (Representantes dos
39 Trabalhadores nos Setores de Saúde) questiona sobre tal reposição, se é necessário
40 que o novo nome seja da mesma instituição que o conselheiro anterior. O presidente do
41 Conselho diz que mandará ofício sobre o desligamento para a mesma entidade,
42 solicitando indicação de outra pessoa e lembra a todos que as faltas podem ser
43 justificadas via e-mail, telefone ou celular, anteriormente a reunião, para que não conte
44 como falta injustificada. O vice presidente Fábio Ortiz Barbosa indaga sobre quem
45 estaria na reunião representando o governo municipal e é visto que apenas um dos
46 quatro conselheiros, desse segmento, encontra-se presente: a Sra. Cláudia Eloisa dos
47 Santos. Então, o vice presidente menciona a necessidade da presença da secretária
48 municipal de saúde nas reuniões, para que possam ser debatidas as questões
49 necessárias, sendo ela convocada oficialmente. O presidente Valdinei responde que,
50 pela legislação, a secretária municipal de saúde precisa estar na reunião do Conselho
51 somente a cada três ou quatro meses, que se houver questões específicas à autoridade
52 dela, pode ocorrer convocação, porém, expõe que a secretaria pode ser mais incisiva
53 quanto à presença dos conselheiros representantes do segmento do governo. O
54 presidente da câmara agradece o convite para a participação na reunião e em seguida,
55 sugere que seja notificado, segundo o que o regimento interno prevê, cada conselheiro
56 faltoso junto à entidade a que pertence, acerca de seu desligamento do Conselho. A
57 conselheira Cláudia Eloisa dos Santos (Representantes do Governo Municipal)
58 recomenda que haja o adiantamento das questões apresentadas na reunião aos
59 representantes do governo, para que, se necessário, eles falem diretamente com a
60 secretária municipal de saúde. O presidente Valdinei explica que funciona da seguinte
61 maneira: após receber uma denúncia, é acionada a comissão de fiscalização
62 responsável, para que seja averiguado o que está acontecendo e depois, dependendo
63 da questão, é exposta na reunião do Conselho. Ele esclarece que se houver debate de
64 informações envolvendo o governo municipal, é dever dos conselheiros responsáveis
65 pelo segmento estarem presentes e levarem tal debate para a secretária. **I. Aprovação**
66 **da Ata da 5ª Reunião Ordinária do dia 25/05/2022. II. Informações pertinentes sobre**

67 **o trabalho realizado pelas Comissões deste Conselho; III. Ofícios encaminhados e**
68 **recebidos; IV. Denúncias/Elogios das Unidades de Saúde.** O presidente do Conselho
69 diz que houve duas reuniões recentes, após o recebimento de denúncia sobre exames
70 laboratoriais, averiguada pela comissão de fiscalização. A primeira reunião foi com um
71 representante do laboratório Mastellini na sede do Conselho Municipal de Saúde e a
72 segunda reunião, em caráter de urgência, com lideranças da secretaria municipal de
73 saúde. O presidente Valdinei relata que quando falou com a secretária, apresentou uma
74 solução para o problema com a demora nos exames laboratoriais, com base na
75 conversa com o representante do laboratório. É necessário que haja uma compra maior
76 de exames, uma maior injeção de dinheiro. Aparentemente, a decisão foi tomada e o
77 problema resolvido parcialmente, mas, depois de certo período, a comissão de
78 fiscalização fará visitas às unidades, para ver como está a situação e se caso for
79 preciso, o Conselho denunciará ao ministério público. Antes de colocar em votação a
80 Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do dia 25/05/2022, o presidente do conselho
81 observa que no dia da referida reunião passada, foi discutida a situação do setor de
82 suprimento da saúde municipal, adverte que a comissão de fiscalização visitou o prédio
83 e não gostou do que foi visto, pois apesar do local e as condições de armazenamento
84 de medicamentos estarem corretos, o ambiente apresenta muito mau cheiro e poeira
85 excessiva. Ele lembra que na reunião anterior, estava presente um funcionário
86 responsável pela vigilância sanitária e que posteriormente à reunião, ficou acordado que
87 fosse enviada resposta da secretaria quanto à mudança de local do setor de suprimento.
88 A resposta da secretaria de saúde chegou cerca de sete dias após a reunião, relatando
89 que no fim de 2021, foi passado o problema para a secretaria de planejamento. O
90 presidente Valdinei expõe que não achou satisfatória a resposta e que, por ele, o
91 problema será oficiado ao ministério público, para que façam uma fiscalização no local,
92 perguntando aos conselheiros o que pensam diante da questão. O conselheiro Luiz
93 Paulo Cuissi (Organizações Religiosas) questiona se não seria cabível procurar a
94 secretaria de planejamento para saber como anda a situação. Mas, o presidente destaca
95 que o Conselho Municipal de saúde só pode intervir e cobrar da secretaria municipal de
96 saúde, outras secretarias não cabem à alçada do órgão, ele ressalta que pode procurar
97 a advogada responsável pela secretaria, para se informar de quais bases legais pode
98 usar para recorrer ao ministério público, não sabendo ao certo até onde pode contar com
99 tal profissional, pois houve mudança recente quanto a pessoa que ocupava o cargo. A

100 conselheira Margarete Rocha Gomes (Entidades e Associações de Atenção aos
101 Enfermeiros, Deficientes e Portadores de Patologias) considera mais eficaz fazer uma
102 denúncia ao ministério público no que diz respeito à referida questão e não solicitar uma
103 outra inspeção, pois esta já foi feita pelo Conselho. A partir disso, encaminhar ao
104 ministério público os relatórios com os dados do que foi observado e requerer que se
105 tome providências. Ela pondera que para qualquer quebra de contrato, é preciso que
106 seja constatada uma falha plausível da parte do locatário do estabelecimento vigente. E
107 pede para que o Sr. Demerson Dias, vereador municipal, tome a palavra, devido à
108 Câmara também ter se envolvido em fiscalização desse prédio de suprimento. O Sr.
109 Vereador Demerson Dias relata que tem consciência de que o contrato de aluguel do
110 local é dividido em 50% com uma empresa de reciclagem, opina que o melhor caminho
111 é fazer uma denúncia ao ministério público e também para a vigilância sanitária, como
112 órgão técnico responsável e indaga sobre a abordagem que seria tomada, caso a
113 mesma situação de armazenamento inapropriado de medicamentos estivesse
114 acontecendo com uma empresa privada. Ele afirma que os conselheiros possuem fé
115 pública e podem encaminhar o relatório desenvolvido como denúncia, sem necessidade
116 de solicitar uma outra fiscalização do ministério público, o foco não seria o problema com
117 a locação e sim a mudança do ambiente apresentado. Destaca que se o Conselho não
118 encaminhar nenhuma denúncia, a Câmara já está com a intenção de fazê-la. A seguir, o
119 presidente do Conselho lê o Ofício 353/2022 do gabinete jurídico da secretaria municipal
120 de saúde, em resposta ao Ofício do Conselho sobre as condições de armazenamento de
121 medicamentos: Vimos por meio deste, em atenção à recomendação para que nos
122 atentemos às condições do imóvel onde está lotado o Suprimento da Secretaria
123 Municipal de Saúde, informar que em novembro de 2021, oficiamos à Secretaria
124 Municipal de Planejamento sobre as condições estruturais do imóvel e solicitamos
125 parecer e providências a respeito. Assim que obtivermos um posicionamento, estaremos
126 informando esse Conselho. O presidente Valdinei considera que o tempo é longo, desde
127 o envio do ofício em novembro de 2021, para que não se tenha recebido ainda nenhum
128 parecer da secretaria de planejamento. Ele pergunta aos conselheiros se estão todos
129 cientes do que foi falado e destina a eles a decisão, por meio de votação, sobre
130 encaminhar denúncia ao ministério público ou não. O conselheiro Renato Cordeiro de
131 Lima (Entidades Sindicais de Trabalhadores) reitera que o prédio, com relação à técnica
132 de armazenamento e controle de medicações, está correto, teto rebaixado, ambiente

133 climatizado etc., mas o espaço é inadequado, carece de uma certa de urgência, pois o
134 ferro velho, que funciona no mesmo lugar, acaba gerando muita poeira e circulação de
135 baratas, aranhas, escorpiões, insetos, ou seja, fatores impossíveis de serem combatidos
136 definitivamente. O presidente do Conselho coloca em votação a confecção da denúncia
137 aos conselheiros e de forma unânime, todos concordam. O Sr. Vereador Demerson
138 Dias solicita, posteriormente, o envio de cópia do relatório e denúncia realizada pelo
139 Conselho, para a Câmara municipal. O presidente Valdinei coloca em votação a
140 **Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do dia 25/05/2022**, todos os conselheiros
141 aprovam-na, com unanimidade. Em seguida, é retomado o assunto dos exames
142 laboratoriais do SUS municipal, realizados atualmente pelo Laboratório Mastellini. O
143 presidente do Conselho relata que em sua experiência pessoal, como usuário, não teve
144 grandes problemas com o trabalho do laboratório anterior, da UNOESTE (Universidade
145 do Oeste Paulista). O tempo do contrato finalizou e foi realizada nova licitação, em que o
146 laboratório atual venceu, com o melhor valor. Inicialmente, o Conselho participou de
147 reunião com a secretária de saúde e demais lideranças da pasta, sobre o novo contrato,
148 onde lhes foi informado que a população ganharia com a mudança, devido aos exames
149 serem colhidos nas próprias unidades de saúde e não mais em um laboratório com
150 localização centralizada, quanto ao prazo de espera, foi passado ao Conselho que os
151 exames demorariam de 15 a 20 dias para serem feitos. Contudo, no dia da reunião,
152 chegou uma denúncia ao Conselho, sobre um paciente estar a mais de 30 dias
153 esperando por exames de sangue, sem previsão. Após isso, foi realizada visita em uma
154 determinada unidade de saúde, na qual havia mais de 400 exames laboratoriais na lista
155 de espera. Algumas unidades foram contatadas por telefone e tinham cerca de 170 a
156 300 exames aguardando. Foi depois disso, que a comissão de fiscalização resolveu
157 marcar reunião com responsável do laboratório Mastellini. O presidente Valdinei diz que
158 o valor mensal, determinado pelo contrato, é de cerca de R\$212.000 destinados aos
159 exames laboratoriais, mas isso não estava sendo o suficiente para acompanhar a
160 demanda e manter um prazo de 30 dias para os pacientes. Esse total é dividido por 33
161 unidades diferentes, o que daria cerca de 7 mil reais mensais, por posto de saúde. A
162 ideia de demanda reprimida excessiva, sem agendamento, não é aceitável. O presidente
163 do Conselho expõe que o representante do laboratório informou que a solução é a maior
164 injeção de dinheiro, aproximadamente R\$100.000 no mês a mais para atender o
165 excedente. Após essa reunião, a secretária foi procurada com urgência e houve uma



166 segunda reunião, segundo o presidente, mais acalorada, com ela e demais lideranças
167 da secretaria de saúde, para discutir a resolução do problema, foi instituído um prazo
168 para resposta oficial da secretaria de saúde quanto a essa questão. O presidente
169 Valdinei opina que o argumento da maior proximidade para a realização dos exames
170 não é suficiente para definir o serviço como bom, caso o tempo de espera tenha
171 aumentado, até porque as pessoas que precisam de quaisquer exames, vão aonde for
172 preciso para conseguir fazer. A seguir, o presidente lê o início do Ofício 72/2022 da
173 Supervisão de Enfermagem, com o Assunto: Resposta aos questionamentos ofertados
174 pelo Conselho Municipal de Saúde acerca da realização dos Exames Laboratoriais. A
175 partir disso, ele ressalta que se houver algum caso de médico estar diminuindo
176 propositalmente a quantidade de encaminhamentos a exames laboratoriais, para
177 atender a interesses da gestão, todos presentes têm o dever de denunciar,
178 principalmente os funcionários da saúde municipal. A conselheira Cláudia Eloisa dos
179 Santos (Representantes do Governo Municipal) observa que no CAPS, seu local de
180 trabalho, isso não está ocorrendo, o médico não está reprimindo os exames
181 laboratoriais, até porque no CAPS, os usuários possuem muitos problemas clínicos e os
182 pedidos estão sendo solicitados normalmente. Segue o conteúdo do Ofício 72/2022 da
183 Supervisão de Enfermagem lido até então: Em resposta ao questionamentos feitos pelo
184 Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada na sede da Secretaria Municipal de
185 Saúde, no último dia 22 de junho de 2022, acerca do quantitativo de exames
186 laboratoriais realizados nas Unidades Básicas de Saúde, tenho a esclarecer:
187 Considerando a crescente demanda de solicitação de exames laboratoriais nas
188 Unidades de Saúde, mediante os atendimentos médicos; Considerando a demanda de
189 exames laboratoriais que já se encontravam aguardando agendamento nas Unidades de
190 Saúde; Considerando que as coletas de exames passaram a ser realizadas nas
191 Unidades de Saúde, o que veio a contribuir para a assiduidade dos pacientes nas
192 coletas; Considerando que o fim da pandemia veio a contribuir para o aumento das
193 demandas reprimidas dos cuidados de saúde, fazendo com que os pacientes
194 passassem a procurar mais as unidades e conseqüentemente, gerando mais demandas
195 de especialidades e/ou exames. Nesse momento, o presidente Valdinei analisa que,
196 apesar de não ser profissional de saúde, considera que os pacientes, que tiveram
197 COVID, procuram as unidades, preocupados com possíveis sequelas da doença e isso
198 faz com que aumente a demanda de exames laboratoriais. Ele prossegue com a leitura

199 do Ofício 72/2022 da Supervisão de Enfermagem: Considerando que essa demanda que
200 já vinha reprimida, observando que no mês de maio/2022 houve novo processo licitatório
201 e também aumento no valor de contrato para essas coletas, transição de laboratório,
202 descentralização do serviço e que esse aumento foi feito com base na análise dos
203 últimos seis meses de serviço. O presidente do Conselho, após a leitura desse tópico,
204 afirma que na reunião sobre o contrato do laboratório Mastellini não foi passado nada ao
205 Conselho Municipal de saúde sobre um aumento no valor de contrato. O conselheiro
206 Luiz Paulo Cuissi (Organizações Religiosas) acrescenta que conhece três profissionais
207 médicos municipais e diz ter certeza de que nenhum deles, ou até mesmo outros
208 servidores da categoria, deixariam de passar exames por razões administrativas e sim,
209 fariam o que fosse preciso pela saúde dos pacientes. Ele questiona qual órgão é
210 responsável pelo aumento da verba para o laboratório e lhe é dito que é a secretaria de
211 saúde e que esta já foi devidamente notificada. O presidente Valdinei descreve que
212 depois de tais reuniões, ele visitou algumas unidades de saúde e a situação já se
213 encontra melhor, os dias de coleta de exames laboratoriais aumentaram de dois para
214 quatro dias em várias unidades. Porém, ainda não se sabe se isso está acontecendo em
215 todos os postos, mas aos poucos, vai sendo averiguado pela comissão se a demanda
216 reprimida geral foi reduzida. A conselheira Margarete Rocha Gomes (Entidades e
217 Associações de Atenção aos Enfermeiros, Deficientes e Portadores de Patologias)
218 indaga se a demanda reprimida seria zerada ou apenas diminuiria, com mais R\$100.000
219 no mês e é informado a ela, que não daria para zerar completamente. Então, é
220 observado que a demanda mensal das unidades não é coberta pelo valor contratual e
221 que dessa forma, sempre vai haver uma quantidade expressiva deixada para trás, não
222 havendo possibilidade de injetar esse valor aditivo todos os meses. O conselheiro
223 Renato Cordeiro de Lima (Entidades Sindicais de Trabalhadores) aponta que o
224 representante do laboratório ofertou a cobertura dos exames excedentes com o valor do
225 SUS e não com preço comercial, por isso chegou-se aos 100 mil reais, poderia custar
226 muito mais, não é obrigação do laboratório realizar exames extras ao contrato, com valor
227 do SUS. O presidente do conselho observa que o foco é reduzir a lista de espera ao
228 ponto que o prazo seja de 30 dias para o paciente fazer os exames, pois 30 dias seria
229 um período aceitável e é o que já ocorria com o laboratório anterior. O conselheiro
230 Fábio Ortiz Barbosa (Associações de Moradores de Bairros e Movimentos
231 Sociais/Populares) relata que perguntou aos servidores da secretaria se fizeram um

232 mapeamento prévio dos exames laboratoriais, de acordo com a quantidade em cada
233 unidade de saúde e lhe foi respondido que não. O presidente Valdinei opina que muitas
234 pessoas não fazem exames laboratoriais periodicamente, mas, sabendo que agora é
235 colhido nas próprias unidades de saúde, mais perto de sua residência, muitos desses
236 irão procurar os postos. Ele destaca que quando a Unoeste deixou de fazer os exames,
237 cerca de 3700 exames ficaram para trás. O laboratório Mastellini já iniciou tendo que
238 zerar a demanda do outro responsável. O presidente diz que quem fez a planilha de
239 quantidade de exames para definição de contrato não levou em conta os fatores que
240 poderiam aumentar a demanda das unidades. A conselheira Rosana Leal do Prado
241 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde) questiona se esse aumento
242 na quantidade de pedidos de exames laboratoriais é uma realidade definitiva ou se trata
243 de uma exceção, porque teria que ter havido um aumento significativo na procura de
244 consultas médicas, o que ela não sabe dizer se ocorreu. O Sr. Vereador Demerson Dias
245 expõe que no período mais grave da pandemia, as pessoas não estavam tendo coragem
246 de se dirigir às unidades de saúde e os exames estavam sendo feitos mais lentamente,
247 depois, a medida que a situação foi melhorando, mais pessoas procuraram as unidades,
248 o que gerou um aumento nos pedidos, a oferta de vagas de consultas também
249 aumentou. Ele menciona que quando se ampliou o atendimento médico nas unidades,
250 os exames foram sendo acompanhados gradativamente, mesmo com atraso. O Sr.
251 Vereador indaga o que deve ser feito daqui pra frente, se o correto seria injetar mais
252 dinheiro para amenizar a lista de espera, ele aponta que o período pós COVID fez com
253 que o número de pedidos crescesse. Mas, tecnicamente seria possível cobrar que um
254 valor aditivo fosse pago? Teria que ser feita uma nova licitação ou não? Ficam vários
255 questionamentos técnicos, para isso, ele coloca à disposição o trabalho da Câmara
256 municipal para com o Conselho Municipal de saúde. A conselheira Rosana Leal do
257 Prado (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde) refere que essa
258 solução do valor aditivo serviria para atuar no incêndio, mas que custa caro apagar o
259 fogo, diz que é importante aproveitar esse período de atuação no incêndio para fazer um
260 estudo das necessidades atuais, do que compõe a demanda atual, para se pensar se é
261 necessária uma nova licitação com fins de aumento quantitativo. O Sr. Vereador
262 Demerson Dias lembra que o laboratório da Unoeste repassou dados quantitativos para
263 que a licitação fosse realizada, o que ele mesmo acompanhou por meio do seu trabalho
264 na Câmara municipal. Continua sua fala, defendendo o trabalho dos médicos municipais,



265 diz acreditar que nenhum profissional se submeteria a razões administrativas para deixar
266 de realizar o cuidado necessário. O presidente Valdinei menciona que acompanhou o
267 processo de licitação e contratação do laboratório e tudo ocorreu corretamente. O
268 conselheiro Amarildo Mota (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde)
269 relata que na unidade em que trabalha, são cerca de 80 consultas semanais e apenas
270 20 vagas para exames laboratoriais, que não sabe como a gestão vai fazer para diminuir
271 tal demanda, pois a perspectiva é que aumente para três meses de espera. A
272 conselheira Margarete Rocha Gomes (Entidades e Associações de Atenção aos
273 Enfermeiros, Deficientes e Portadores de Patologias) diz temer que a saída seja sempre
274 resolver momentaneamente, sem uma solução mais definitiva. O conselheiro Amarildo
275 Mota (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde) cita que um grande
276 problema é que a secretaria de saúde nunca consulta os servidores da ponta, do
277 atendimento direto aos pacientes, antes de tomar grandes decisões. O Sr. Vereador
278 Demerson Dias narra que o governo estadual está adotando o sistema de mutirões para
279 redução das maiores listas de espera de procedimentos. Contudo, o presidente do
280 Conselho afirma que já foi sugerido à Secretaria a opção dos mutirões, mas que foi
281 informado que não é viável, conclui que apesar da reunião acalorada com a advogada e
282 gestores da secretaria de saúde, apesar também das divergências de perspectivas de
283 todos, é necessário que gestor, servidor e usuário encontrem formas de falar uma
284 mesma língua. O presidente Valdinei termina então a leitura do conteúdo do Ofício
285 72/2022 da Supervisão de Enfermagem: Considerando que foi realizado um novo
286 levantamento do quantitativo de exames que aguardam agendamentos nas Unidades de
287 Saúde; Feitas as considerações acima, diagnosticamos que para solução imediata há
288 necessidade de se aumentar os dias de coletas nas Unidades em que as demandas
289 encontram-se expressivas, dispondo de mais dias de atendimentos, e que assim,
290 possamos atender mais munícipes, priorizando os exames já previamente agendados.
291 Informamos, ainda que seria importante que referida medida fosse autorizada pela
292 Secretaria de Saúde, para que após a comunicação ao Laboratório autorizado, possa se
293 organizar, para que não prejuízo ao usuário e que o serviço possa ser prestado o mais
294 breve possível. O presidente do Conselho enfatiza o papel de controle social do
295 Conselho Municipal de Saúde, afirmando que a comissão de fiscalização terá que atuar,
296 visitando as unidades de saúde, para saber como estão as condições gerais dos
297 exames laboratoriais. O Sr. Vereador Demerson Dias informa que irá averiguar junto ao

298 departamento jurídico da Câmara municipal a possibilidade de empréstimo de veículo
299 automotivo ao Conselho, pois está acompanhando a dificuldade de realizar os trabalhos
300 de fiscalização apenas com recursos particulares, caso não haja nenhuma ilegalidade,
301 prontifica-se em ajudar nesse sentido. Ele menciona que ao utilizar o carro, uma planilha
302 deve ser preenchida com os locais que foram visitados, mas que esse controle é apenas
303 para a Câmara municipal e não para divulgação nos postos de saúde, para que não se
304 perca o efeito de sigilo na fiscalização. O presidente Valdinei relata que anos atrás, um
305 vereador, Natanael Gonzaga, estava vendo sobre um carro ser doado, mas ele faleceu e
306 o processo não pôde ser concluído. Ele diz que foi orientado pelo ministério público que
307 um carro, para o Conselho, teria que ser alugado ou doado, também já foi solicitado à
308 Secretaria por meio de ofício. O Sr. Vereador Demerson Dias questiona qual órgão faria
309 manutenção do veículo e o presidente diz que há verbas específicas destinadas ao
310 Conselho, que podem ser usadas. Os dois averiguam que o Conselho é uma entidade
311 sem fins lucrativos e com CNPJ e que isso facilitaria o processo de doação. O Vereador
312 se compromete em averiguar junto à Câmara e o departamento jurídico, se é possível
313 referendar, por meio de emendas impositivas, um carro para o Conselho. Em seguida, o
314 presidente Valdinei reitera a necessidade de fiscalização posterior do Conselho, para
315 com a lista de espera dos exames laboratoriais nas unidades. O conselheiro Fábio Ortiz
316 Barbosa (Associações de Moradores de Bairros e Movimentos Sociais/Populares) narra
317 que esteve junto à comissão, visitando algumas unidades de saúde, dentre elas a ESF
318 Cambuci, a qual teve alguns de seus servidores agredidos por um paciente psiquiátrico
319 em surto, além de também ter sofrido furtos, em data recente. Ele expõe que os
320 funcionários da unidade estão trabalhando com medo, depois dos fatos e avalia a
321 necessidade de atividade delegada no local. O Sr. Vereador Demerson Dias menciona
322 que mora na zona leste, conhece os bairros próximos, foi até a ESF Cambuci, conversou
323 com o gerente de lá e resolveu ir até a casa do paciente agressor, para verificar quais as
324 condições do indivíduo. Tal paciente tem um filho com problemas sérios de saúde, ele
325 também tem diversos problemas de saúde, assim como sua esposa. O paciente relatou
326 ao Vereador que não se lembra de todo o ocorrido, apenas de momentos anteriores ao
327 chamado pela polícia. O Vereador buscou os remédios controlados que estavam
328 faltando e o paciente lhe contou que ao acabar a medicação do filho, deu ao filho as
329 medicações dele próprio e ficou sem, levando-o à piora de seu quadro. O Sr. Vereador
330 Demerson Dias considera que ao ter feito isso, cumpriu o objetivo de afastar o paciente

331 por certo período da unidade de saúde. Atualmente, está ocorrendo atividade delegada
332 na referida ESF, mas ele não sabe se isso é suficiente a nível de resolução. O
333 conselheiro Renato Cordeiro de Lima (Entidades Sindicais de Trabalhadores)
334 parabeniza o Sr. Vereador pela atitude de ter procurado saber o que se passa com o
335 outro lado da história e complementa dizendo que muitos dos problemas nas UPAS e
336 unidades de saúde, poderiam ser evitados com um acolhimento mais receptivo da área
337 da recepção. O Sr. Vereador Demerson Dias diz que sentiu haver necessidade de
338 intervenção da assistência social no caso, pois o paciente está sem água, sem luz, sem
339 renda e estava sem medicamentos. O conselheiro Sérgio Diniz de Abreu
340 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde) relata que esteve na ESF
341 Cambuci com o sindicato do servidor municipal e sentiu que falta apoio aos servidores
342 que trabalham ali. Ele conversou com funcionário do SEREST e combinou de ofertarem
343 atendimento psicológico por meio do psicólogo do referido órgão de saúde do
344 trabalhador. Os funcionários se sentem inseguros, por terem medo de que esse fato
345 inflame a população e aconteça mais situações agressivas. O Sr. Sérgio Diniz de Abreu
346 informa que conversou com o secretário adjunto Marco Aurélio sobre o desenvolvimento
347 de um trabalho educativo com o objetivo de mostrar a importância do SUS e dos
348 trabalhadores do SUS para a população. O conselheiro Fábio Ortiz Barbosa diz que
349 muitas vezes os servidores se sobrecarregam devido ao peso da grosseria diária dos
350 usuários, é importante que sejam vistos todos os lados: servidor, usuário e gestor. É
351 comentado pelos conselheiros sobre a falta de funcionários, por causa de atestados
352 médicos relativos a doenças e distúrbios adquiridos em serviço. O vice presidente Fábio
353 Ortiz Barbosa menciona a falta de funcionários na UPA, pois muitos não aguentam a
354 carga desproporcional ao ganho financeiro. O conselheiro Amarildo Mota
355 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde) destaca que os servidores
356 da ESF Cambuci se sentiram decepcionados, pois a secretaria de saúde foi a última a
357 se dirigir à unidade depois das agressões, foram antes ao local: a polícia, o sindicato, a
358 câmara. Ele cita que já houve várias outras ocorrências de agressão no município, mas
359 não houve funcionários que levaram a acusação até o final e nenhum agressor foi
360 punido na prática. Segundo ele, a única medida tomada pela secretaria municipal de
361 saúde, quanto às agressões, foi a transferência de alguns servidores, não há nenhum
362 tipo de suporte da secretaria. O vice presidente Fábio Ortiz Barbosa relata que houve
363 denúncia anônima de funcionária da UPA, o marido também é servidor público. Segundo

364 a funcionária, o seu filho, criança e menor de idade, ficou doente e a direção do CIOP
365 não aceitou o atestado como justificativa, ela teve que cumprir expediente normalmente.
366 O filho ficou sozinho em casa, pois os pais foram trabalhar e ela ficou com receio de
367 haver alguma denúncia ou intervenção do conselho tutelar. Ele diz que além das
368 reclamações relatadas à Comissão durante as visitas, também houve elogios nas
369 unidades visitadas quanto à mudança na conduta dos exames laboratoriais, muitos
370 usuários disseram estar contentes por agora a coleta de sangue ser próxima da
371 residência. O conselheiro Fábio Ortiz Barbosa expõe que durante visita a ESF
372 Montalvão, houve reclamações quanto ao ambiente do posto, já que a unidade é muito
373 pequena e apertada, diz ao Vereador presente que talvez a Câmara possa ajudar em
374 uma expansão do ambiente de atendimento. Ele conta que uma das recomendações da
375 população, quanto ao problema, foi a utilização do espaço do velório que fica ao lado do
376 posto, fazendo a mudança de localização do velório, porque segundo eles, quase não é
377 usado. A conselheira Margarete Rocha Gomes (Entidades e Associações de Atenção
378 aos Enfermeiros, Deficientes e Portadores de Patologias) destaca que já está na hora da
379 Câmara municipal intervir na reforma do velório, pois o prédio está uma vergonha. O
380 presidente Valdinei diz que o Conselho deverá mandar ofício à secretária de saúde,
381 recomendando que se tome atitude quanto a ESF Cambuci e para que se possa
382 continuar a atividade delegada no local. Ele diz que o CIOP também deve ser notificado
383 quanto à denúncia anônima recebida da funcionária da UPA. O presidente do Conselho
384 descreve que no próximo mês, será dado início às reuniões itinerantes realizadas nos
385 bairros da cidade, para isso, será desenvolvido um cronograma específico, adverte que
386 terá reuniões próximas, assim como, distantes dos endereços de cada conselheiro, não
387 será mais em um local centralizado como a Câmara municipal ou o Centro cultural
388 Matarazzo, por isso, conta com a participação de todos, para que haja a presença do
389 conselheiro titular ou suplente em cada reunião. Ele informa que convidará também a
390 secretária de saúde, membros da gestão e lideranças municipais, até mesmo o promotor
391 público. Nesse momento é passada a palavra para o Sr. João Ferraz Ramos (Usuário do
392 SUS), ex conselheiro municipal do ano de 2007. Ele narra que sempre procurou ser
393 atuante nas questões da saúde municipal, havia ido embora durante dez anos para
394 Sorocaba e agora retornou a Presidente Prudente e procurou o presidente do conselho
395 para voltar a participar. O Sr. João Ferraz Ramos diz que não irá denunciar nada, mas
396 sim, colocar uma questão para que seja sugerida outra alternativa quanto ao ocorrido.

397 Ele relata que foi a sua unidade, UBS Santana, apenas para a retirada de um
398 encaminhamento e teve que pegar senha e aguardar na fila geral dos demais
399 atendimentos, o que gerou bastante tempo de espera, sendo que poderia haver algum
400 adiantamento para aqueles que estivessem ali só para a retirada de um papel de
401 procedimento que já se encontra agendado. A conselheira Margarete Rocha Gomes
402 (Entidades e Associações de Atenção aos Enfermeiros, Deficientes e Portadores de
403 Patologias) aponta que o processo para retirada do encaminhamento se inicia pela
404 consulta médica, em que o médico passa as consultas com especialistas e exames que
405 julgar necessários, após isso, os papéis são preenchidos e enviados à secretaria e
406 quando forem agendados, retornam para a unidade por malote, para que sejam
407 entregues ao paciente. Ela explica que o que está sendo exposto pelo usuário é que não
408 há um atendimento preferencial para a retirada dos encaminhamentos, o paciente tem
409 de ficar aguardando junto a todos os demais atendimentos da recepção. O Sr. Vereador
410 Demerson Dias argumenta que, muito provavelmente, devido à falta de funcionários na
411 unidade, não há um servidor específico para atendimentos mais rápidos como o de
412 retirada de guias, assim, cabe ao gerente da unidade, buscar alternativas no manejo dos
413 funcionários, para que essas guias sejam entregues mais rapidamente. O presidente
414 Valdeinei opina que quem faz a cara das unidades de saúde são os gerentes e que em
415 cada unidade, funcionará de um jeito diferente, há profissionais com maior empenho na
416 atuação, que fazem com que o atendimento seja mais eficaz. O Sr. João Ferraz Ramos
417 (Usuário do SUS) diz que não é por falta de funcionários e sim falta de uma maior boa
418 vontade para agilizar o atendimento e evitar aglomerações na recepção. O Sr. Vereador
419 Demerson Dias defende o trabalho dos gerentes nas unidades, dizendo que sempre há
420 muito o que fazer. O conselheiro Renato Cordeiro de Lima (Entidades Sindicais de
421 Trabalhadores) expõe que há diferenças nos níveis de atuação de cada gerente, tem
422 alguns que, segundo ele, fazem dos limões uma limonada. O conselheiro Amarildo Mota
423 (Representantes dos Trabalhadores nos Setores de Saúde) diz que em UBSs maiores e
424 UPAs, sem a utilização de senhas, não há como dar prosseguimento aos atendimentos,
425 lembra que nas ESFs, inclusive a que ele trabalha, a recepção consegue entregar os
426 encaminhamentos de forma mais ágil do que os demais atendimentos. O presidente do
427 Conselho pergunta se há mais alguma fala dos conselheiros, não havendo mais nada,
428 finaliza a 6ª Reunião Ordinária do Conselho às 21h04min e mais uma vez, agradece a
429 presença de todos.

430

431

432 Eu, Jalyson Cristhian Caetano da Silva, Escriturário, prestando serviço ao Conselho
433 Municipal de Saúde de Presidente Prudente (CMS/PP), redigi a presente Ata, de acordo
434 com os conteúdos da Pauta da Reunião, outorgo legitimidade a este documento, para os
435 devidos efeitos legais.

436

437

438 Presidente: Valdinei Wanderley da Silva

439

440

441 Vice Presidente: Fábio Ortiz Barbosa

442

443

444 2º Secretário: Amarildo Mota

445

446